



A execução do PNAE no IFG como possibilidade de incentivo à agricultura familiar no estado de Goiás: um relato de experiência

The implementation of the PNAE at the IFG as a possibility to encourage family farming in the state of Goiás: an experience report

GONÇALVES, Denise C¹; MORAES, Renata David².

¹Instituto Federal de Goiás, denise.goncalves@ifg.edu.br; ²Instituto Federal de Goiás, renata.moraes@ifg.edu.br

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Políticas públicas e agroecologia

Resumo: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo prestar assistência financeira em caráter complementar à alimentação escolar ofertada aos estudantes da educação básica. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como instituições públicas de ensino que ofertam a educação básica, são participantes do PNAE e recebem recursos financeiros automaticamente para complementar o atendimento da alimentação escolar. A execução do PNAE no IFG é um ambiente favorável para a articulação da instituição com os agricultores familiares locais e suas organizações e com as entidades de assistência técnica rural. Nesse sentido, a partir desse envolvimento, foi possível adquirir produtos dos agricultores familiares locais para o atendimento da alimentação escolar dos estudantes, além de vislumbrar a possibilidade do desenvolvimento de diversas ações de ensino, pesquisa e extensão com esse público.

Palavras-Chave: alimentação escolar; política pública; institutos federais.

Contexto

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma importante política pública de promoção da alimentação e da agricultura familiar, nesse âmbito, a agroecologia encontra um cenário favorável de desenvolvimento, uma vez que no mínimo 30% dos recursos do PNAE deve ser utilizado na aquisição de alimentos da agricultura familiar, com prioridade para os produtos orgânicos e agroecológicos.

O IFG, é uma instituição de educação superior, básica e profissional composta por 14 (quatorze) câmpus localizados em 13 (treze) municípios do estado de Goiás: Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso.

O IFG como instituição pública de ensino básico, executa o PNAE desde 2019, utilizando 100% do recurso para a aquisição de alimentos da agricultura familiar. Durante a suspensão das atividades acadêmicas devido à pandemia de Covid-19 ocorridas nos anos de 2020 e 2021 a chamada pública de compras foi realizada de forma centralizada na reitoria, com mapeamento local da agricultura familiar realizada por cada campus da instituição.



Descrição da Experiência

Para a construção da chamada pública de compras de alimentos via PNAE nos anos de 2020 e 2021 foi necessário que os campus do IFG realizassem o mapeamento da produção local de alimentos, ou seja, cada unidade levantou na sua localidade (município), os alimentos produzidos, e a quantidade e a época da produção desses alimentos. Várias foram as estratégias desenvolvidas para a realização desse mapeamento, em algumas unidades foram realizadas visitas aos agricultores e/ou às associações e cooperativas, em outras, foram realizadas reuniões com as entidades que articulam com a agricultura familiar, como prefeitura e locais de assistência técnica e extensão rural etc.

Por conseguinte, a realização do mapeamento da produção local propiciou a articulação do IFG com os agricultores e seus seguimentos, como cooperativas e associações, esse envolvimento foi de fundamental importância para que a instituição conhecesse a produção e a vocação agrícola local, os níveis de organização da agricultura familiar, bem como sua capacidade logística, de produção, de beneficiamento e de comercialização, dentre outros aspectos que influenciam no sucesso da aquisição de alimentos e que podem propiciar a realização de ações de pesquisa e extensão, que impulsionem o desenvolvimento socioeconômico nesse campo.

Foi identificado a partir dessa articulação, que grande parte da produção de alimentos no estado de Goiás é de base agroecológica, no entanto, muitas vezes os agricultores não usam tal “especificação” para aumentar o valor de mercado dos produtos. Tal fato poderá ser debatido e desenvolvido futuramente por meio de projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos com o objetivo de incentivar essa prática de produção de alimentos e também como forma de reconhecimento do seu valor.

Resultados

A articulação com a agricultura familiar local é um ponto chave para a execução da alimentação escolar pois essa é uma ação imprescindível para o acesso aos alimentos e para a elaboração de uma logística eficiente de aquisição desses produtos, nesse sentido, por meio do mapeamento da produção local de alimentos realizada pelos campus do IFG, foi possível vislumbrar a possibilidade do desenvolvimento de diversas atividades de pesquisa e extensão com o intuito de promover o desenvolvimento da produção de alimentos sustentáveis de base agroecológica no estado de Goiás.

Nesse sentido, a execução do PNAE, perpassando a aquisição e o fornecimento de alimentos, agiu como elo de articulação entre a instituição e a agricultura familiar, criando uma porta de entrada desse público para a realização de novas ações de incentivo ao desenvolvimento da produção e comercialização local de alimentos.



Referências bibliográficas

ARAGI, Juliana C.; BANDONI, Daniel H. School feeding in Federal Institutes: characterization and analysis of food acquisitions from family farming. **Revista de Nutrição**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 1-12, 2022.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Brasília, 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 2009.

MACHADO, Patricia M.O; SCHMITZ, Bethsáida de A. S; GONZÁLEZ-CHICA, David, A.; CORSO, Arlete C. T.; VASCOCELOS, Francisco de A. G; GABRIEL, Cristine Garcia. Compras de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 23, nº 12, 2018.

SILVA, Simoni U da S.; MONEGO, Estelamaris T.; SOUSA, Lucilene M.; ALMEIDA, Géssica M. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, V. 23, Nº 8, 2018.